3. RESULTADOS

3. RESULTADOS

A ***taxa de transição*** é a relação percentual entre o número de alunos que obtiveram aproveitamento no final de um ano lectivo, podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte, e o número de alunos matriculados nesse mesmo ano lectivo. Quando incide sobre o ano terminal de um nível de ensino (o 9º e o 12º, respectivamente no Ensino Básico e no Ensino Secundário), o aproveitamento dá lugar à conclusão desse nível, sendo o indicador designado *taxa de conclusão*. Abaixo estenderemos este último conceito aos anos terminais de cada ciclo de estudos do Ensino Básico (4º e 6º anos, além do 9º que conclui o nível), por os considerarmos unidades de análise pertinentes para a descrição dos resultados escolares a um nível menos agregado. Devido à inexistência de indicadores comparáveis para o Ensino Superior, ou de estatísticas publicadas que permitissem computá-los, este nível de ensino será analisado autonomamente no fim do capítulo, com os indicadores específicos possíveis.

As taxas de transição e de conclusão constituem, assim, dois indicadores fundamentais para medir o aproveitamento dos alunos inscritos num ano de escolaridade, num ciclo ou num nível de ensino, consoante o grau de agregação retido.[12] Infelizmente, só estão disponíveis a partir do ano lectivo de 1994/95, o que reduz a extensão da série à segunda metade do período em análise. Optámos por analisar estes indicadores agregados por nível de ensino (Básico e Secundário), e por cada um dos ciclos do Ensino Básico, dado que a sua desagregação por ano de escolaridade resultaria numa descrição exageradamente extensa e pormenorizada. Usaremos, contudo, a taxa de transição por ano de escolaridade como meio de calcular

---

12 Note-se que, em consequência das definições operacionais, a taxa de transição de um dado nível de escolaridade é diferente da sua taxa de conclusão. A primeira reporta-se ao número de alunos que tiveram aproveitamento por relação ao número total de alunos matriculados nesse nível de ensino, no conjunto de todos os anos de escolaridade, ao passo que a segunda se refere apenas aos alunos que transitaram e aos matriculados no ano de escolaridade terminal do ciclo. Assim, embora sejam geralmente apresentados em conjunto, é preferível designá-los e analisá-los como dois indicadores diferentes.

um outro indicador, a probabilidade média de conclusão em tempo normal por nível de ensino e ciclo de estudos, pelo que apresentamos também os dados (Tabela 3.I).

TABELA 3.I - TAXAS DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO E O CICLO DE ESTUDOS, POR ANO LECTIVO
dados nacionais, em percentagem

	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Básico	**86,9**	**86,2**	**84,8**	**86,2**	**86,8**	**87,4**	**87,3**	**86,4**	**87,0**	**88,0**	**88,2**
1º Ciclo	89,2	89,6	88,7	89,8	90,5	91,1	91,2	91,5	92,4	93,3	94,5
1º ano	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*
2º ano	*84,1*	*83,4*	*80,8*	*83*	*83,6*	*84,2*	*85,2*	*85,1*	*86,2*	*87,7*	*89,1*
3º ano	*90,8*	*91,3*	*90,6*	*90,7*	*91,6*	*92,2*	*91,3*	*91,9*	*92,5*	*94,2*	*95,6*
4º ano(1)	*84,2*	*85,4*	*85,4*	*86,9*	*88,2*	*89,3*	*89,8*	*90,2*	*91,6*	*92*	*94,1*
2º Ciclo	87,9	86,7	85,0	86,2	86,5	86,9	87,3	84,4	85,2	86,1	87,0
5º ano	*87,5*	*85,1*	*84*	*85,8*	*86*	*86,3*	*87,4*	*84,9*	*85,1*	*86*	*86,7*
6º ano(1)	*88,3*	*88,3*	*86,1*	*86,6*	*87*	*87,5*	*87,2*	*83,9*	*85,4*	*86,1*	*87,3*
3º Ciclo	83,4	81,6	79,6	81,6	82,3	82,8	81,8	80,8	80,9	82,2	80,3
7º ano	*80,6*	*78,7*	*77,8*	*78,3*	*79,2*	*79,9*	*78,8*	*77,7*	*75,6*	*77,2*	*77,7*
8º ano	*83,4*	*81,8*	*80,9*	*83,2*	*83,6*	*83,7*	*82,8*	*82*	*83*	*83,6*	*83,9*
9º ano(1,2)	*86,4*	*84,7*	*80,4*	*83,8*	*84,6*	*85,2*	*84,2*	*83,3*	*84,7*	*86,9*	*79,7*
Secundário	**78,7**	**66,9**	**64,3**	**64,4**	**64,0**	**63,2**	**60,6**	**62,6**	**66,3**	**66,2**	**67,9**
10º ano	*72,1*	*60,3*	*61,5*	*64,2*	*63,8*	*63,1*	*60,6*	*61,1*	*65,2*	*66,6*	*70,5*
11º ano	*90,1*	*80,8*	*80,5*	*79,6*	*79,7*	*79,2*	*75,6*	*78,1*	*80,8*	*82,2*	*84,1*
12º ano(1,2)	*70,4*	*62,5*	*51,1*	*50,8*	*50,3*	*50,2*	*47,5*	*51,2*	*54,7*	*51,3*	*50,6*

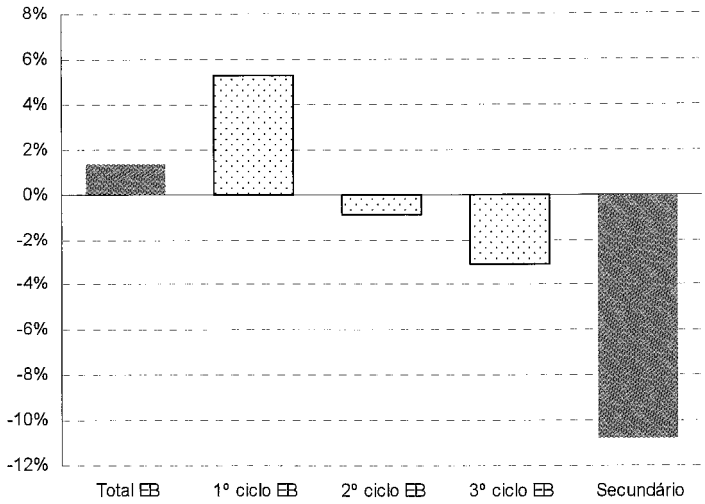
Fonte: GIASE (2006a)

(1) Taxa de conclusão do ciclo (2) Taxa de conclusão do nível

Entre 1994/95 e 2004/05, anos extremos do decénio para que existem dados disponíveis, a taxa de transição aumentou ligeiramente (cerca de 1 por cento) no conjunto do Ensino Básico, e regrediu muito significativamente (11 por cento) no Ensino Secundário. A desagregação da variação por ciclos no Ensino Básico mostra, entretanto, que a ligeira melhoria encontrada neste nível de ensino se deve inteiramente a ganhos de transição nos anos de escolaridade correspondentes ao 1º ciclo (5 por cento), dissipados, em termos de aproveitamento geral do nível básico, pelas perdas

de 1 e 3 por cento no 2º e no 3º ciclos, respectivamente (Gráfico 3.1), sugerindo que o acréscimo de aproveitamento no ciclo inicial foi obtido à custa da aquisição de conhecimentos e competências requeridos para a transição em anos de escolaridade ulteriores, sem uma adaptação correspondente dos objectivos ou das estratégias destes.

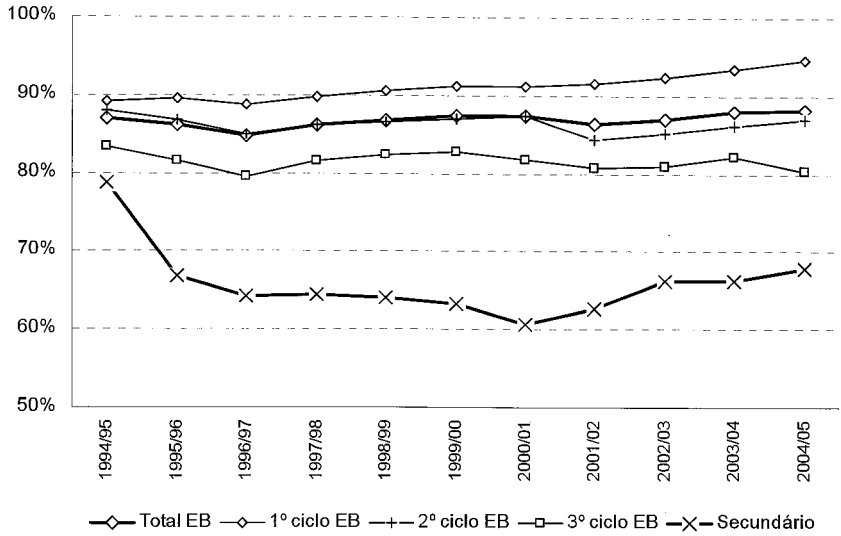
Gráfico 3.1
Variação da taxa de transição segundo o nível de ensino
totais nacionais, 1994/95-2004/05



O 1º ciclo do Ensino Básico foi o único cuja taxa de transição apresentou uma tendência praticamente constante durante todo o decénio, ressalvada uma ligeira inflexão em 1996/97. Tanto os outros dois ciclos do Ensino Básico como o Ensino Secundário conheceram quebras de aproveitamento entre 1994/95 e 1996/97, especialmente acentuada no nível secundário, cujo aproveitamento decaiu 14 por cento nesse curto período. Mas enquanto o 2º e o 3º ciclos encetaram recuperações até à viragem da década de 90 para a corrente, em que se avizinharam dos valores de partida embora sem os atingirem completamente, o aproveitamento dos alunos matriculados no Ensino Secundário continuou a descer, moderada mas continuamente, até ao ano de 2000/01, quando apenas 61 por cento dos alunos neste nível concluíram com êxito o ano de escolaridade em que se

encontravam matriculados. A recuperação a partir desse ano estagnou nos últimos anos da série, ainda muito longe de atingir os valores registados em 1995/96 (Gráfico 3.2).

Gráfico 3.2
Taxa de transição segundo o nível de ensino
totais nacionais, 1994/95-2004/05

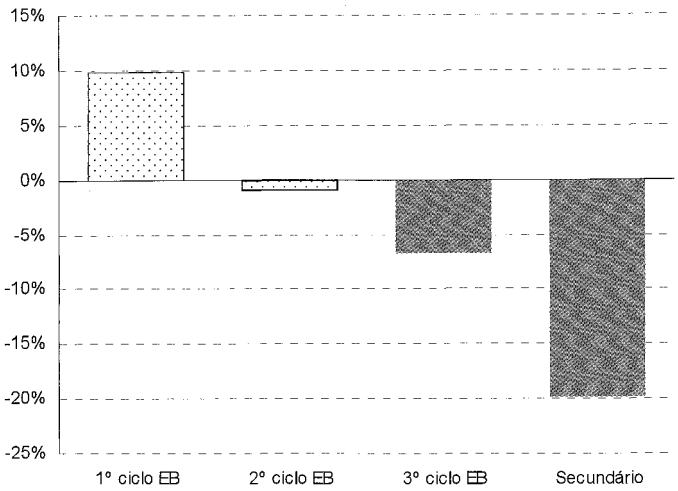


Comparando os anos extremos da série, a ***taxa de conclusão*** variou negativamente no Ensino Básico (baixa de 7 por cento na taxa de conclusão referente ao 9º ano). No seu interior, registou-se uma subida de 10 por cento nas conclusões do 1º ciclo (4º ano) e uma descida de 1 por cento nas do 2º ciclo (6º ano). No Ensino Secundário, a taxa de conclusão caiu acentuadamente, numa redução de 20 por cento (Gráfico 3.3).

Assim, tanto na comparação entre os níveis básico e secundário, como dentro do Ensino Básico, os ganhos das taxas de conclusão em patamares mais baixos repercutiram-se em perdas nos mais elevados, obrigando a problematizar a adequação das aprendizagens, das definições dos objectivos mínimos e das estratégias de ensino-aprendizagem e de avaliação entre ciclos e níveis do sistema. A situação mais preocupante é evidentemente a da perda de capacidade de conclusão dos alunos do Ensino Secundário, não só pelo seu volume como pelo facto de ser mais consistente do que a

verificada no Ensino Básico, esta acentuada apenas no último ano da série e que poderá não ser mais que uma flutuação de curto prazo.

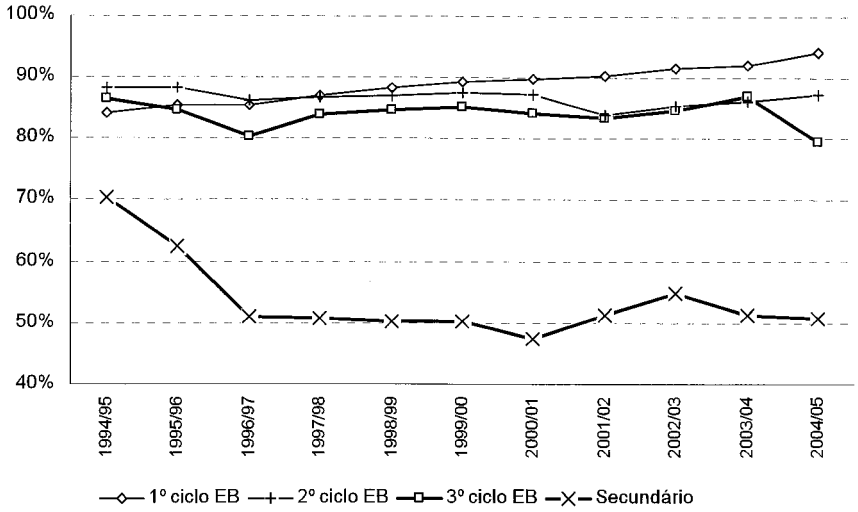
Gráfico 3.3
Variação da taxa de conclusão segundo o nível de ensino
totais nacionais, 1994/95-2004/05



O gráfico 3.4 mostra a variação da taxa por nível e ciclo de escolaridade ao longo dos anos, permitindo uma leitura cronológica mais fina. Podemos ver que os 3 anos lectivos de 1994/95 a 1996/97 foram, com excepção do 1º ciclo do Ensino Básico, anos de quebra da taxa de conclusão. No 2º ciclo, embora pouco acentuada, não chegaria a ser recuperada nos anos seguintes, ao contrário da do 3º ciclo (que, recordemos, é também a do Ensino Básico), um pouco mais cavada na primeira descida mas recuperando com vantagem os últimos anos da série. A taxa de conclusão do Ensino Secundário, por seu turno, desceu abruptamente 19 por cento nos 3 anos iniciais sem nunca chegar a recuperar, fixando-se pouco acima dos 50 por cento. O comportamento da taxa de conclusão do Ensino Secundário evidencia mudanças estruturais específicas e, no âmbito temporal da série, irreversíveis. Sem prejuízo de possíveis factores complementares, esta mudança certamente terá a ver com a introdução dos

exames nacionais como componente da avaliação final dos alunos no Ensino Secundário. O Ensino Secundário mostra nunca ter conseguido, nos anos subsequentes, ajustar as suas componentes (programas e orientações programáticas, definição e sequenciação de objectivos mínimos, estratégias de ensino-aprendizagem, instrumentos de avaliação) aos novos requisitos introduzidos pela mudança do regime de conclusão.

Gráfico 3.4
Taxa de conclusão segundo o nível de ensino
totais nacionais, 1994/95-2004/05



Servimo-nos agora das taxas de transição por ano de escolaridade para calcular um novo indicador: a ***probabilidade média de conclusão em tempo normal***, cuja unidade de observação não é o ano lectivo mas a trajectória da coorte que, num dado ano lectivo, se encontra no ano de escolaridade inicial de um nível ou ciclo de ensino. Consiste no produto dos rácios de transição[13] dos sucessivos anos de escolaridade nos sucessivos anos lectivos, a começar no ano inicial do nível ou ciclo considerado; o produto final foi multiplicado por 100 para ser expresso em forma percentual.

[13] O rácio de transição é igual à taxa de transição dividida por 100.

Este procedimento estima a probabilidade média que cada aluno, presente no ano de escolaridade inicial do nível ou ciclo de ensino considerado num dado ano lectivo, teve de chegar ao fim do nível ou ciclo ao cabo do tempo de duração normal deste. Os resultados deste cálculo não podem ser tomados em termos absolutos, pois na realidade não acompanha rigorosamente uma coorte ingressada pela primeira vez no primeiro ano do nível ou ciclo num dado ano lectivo. Com efeito, os números de alunos matriculados no ano escolar usado para determinar a taxa de transição incluem já os alunos repetentes do ano lectivo anterior, tal como em cada sucessivo ano de escolaridade acrescem, nos anos lectivos subsequentes, os alunos retidos no ano lectivo anterior e saem os retidos no ano de escolaridade antecedente. Assim, a população de referência dos rácios de transição não é sempre a mesma do princípio ao fim da trajectória, e a estimativa da probabilidade pode ser enviesada para baixo, se houver um risco de reincidência associado às repetências.

Encarada como uma ordem de grandeza, contudo, esta estimativa dá uma imagem do efeito composto das taxas de transição inferiores à unidade ao longo dos percursos escolares sobre a eficiência global do sistema, em termos da probabilidade de a sua população concluir as sucessivas fases do percurso escolar sem atrasos de pelo menos um ano relativamente às durações normais (Tabela 3.II).

Dada a extensão de 9 anos do Ensino Básico, apenas dispomos de dados completos para os anos lectivos iniciais de 1994/95 a 1996/97, cujo tempo normal de conclusão deste nível de ensino terminou entre 2002/03 e 2004/05. Relativamente a estes anos de início, o indicador aponta para uma probabilidade muito baixa, e descendente, de conclusão em tempo normal (de 27 para 25 por cento). Note-se que, pese embora o facto de as taxas de transição por ano de escolaridade do Ensino Básico serem sempre significativamente superiores às do Ensino Secundário, o seu efeito composto faz com que não tenha sido, durante este período, mais provável em média concluir o Ensino Básico sem pelo menos um ano de atraso do que fazê-lo no Ensino Secundário. Relativamente a este último, a

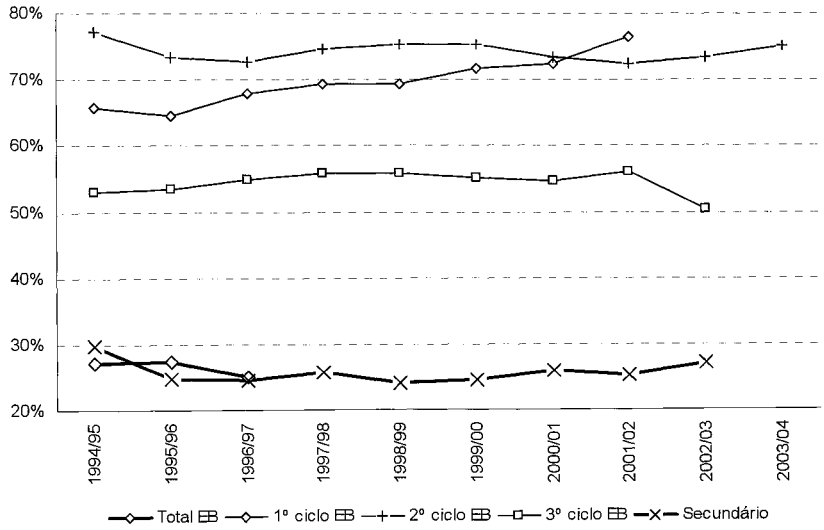
probabilidade de tal acontecer degradou-se logo no início da série, oscilando desde 1995/96 entre os 24 e os 27 por cento.

TABELA 3.II - PROBABILIDADE MÉDIA DE CONCLUSÃO EM TEMPO NORMAL, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO E O CICLO DE ESTUDOS, POR ANO LECTIVO DE INÍCIO
dados nacionais, em percentagem

Ano de início	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Básico	**27,0**	**27,3**	**25,1**	:	:	:	:	:	:	:
1º ciclo	65,7	64,6	67,9	69,2	69,3	71,7	72,4	76,4	:	:
2º ciclo	77,3	73,3	72,7	74,6	75,3	75,3	73,3	72,5	73,3	75,1
3º ciclo	53,0	53,4	54,8	55,8	55,8	55,1	54,7	56,0	50,4	:
Secundário	**29,8**	**24,7**	**24,6**	**25,7**	**24,0**	**24,4**	**25,9**	**25,3**	**27,1**	:

Fonte: Tabela 3.I : - Não disponível

Gráfico 3.5
Probabilidade média de conclusão em tempo normal segundo o nível de ensino por ano lectivo de início
totais nacionais, 1994/95-2003/04



Desagregando o nível básico por ciclos, constatamos que a probabilidade de conclusão em tempo normal só aumentou continuamente no 1º ciclo, onde era à partida 12 por cento mais baixa do que no 2º ciclo, do qual se aproximou continuamente até a ultrapassar em 2001/02, último ano disponível. Nos outros dois ciclos, o seu comportamento foi flutuante, tendendo no conjunto do período para uma ligeira degradação no 2º ciclo e uma ligeira melhoria no 3º ciclo, interrompida por uma queda brusca na

última coorte devida à já referida quebra da taxa de conclusão no 9º ano em 2004/05. A probabilidade de conclusão em tempo normal agrava-se muito substancialmente entre o 2º ciclo (em que varia entre 73 e 77 por cento) e o 3º ciclo (onde varia entre 53 e 56 por cento), que se revela como o obstáculo mais forte para a conclusão do Ensino Básico no número de anos normal (Gráfico 3.5).

A ***taxa de transição segundo o sector institucional*** (público ou privado) revela diferenças de comportamento entre os dois sectores, sistematicamente favoráveis ao sector privado (Tabela 3.III). Analisada a variação entre os anos extremos da série, verifica-se que o sector privado beneficiou de uma subida ligeiramente maior da taxa de transição no Ensino Básico (2 por cento contra 1 por cento no ensino público) e sofreu ligeiramente menor descida na do Ensino Secundário (10 contra 11 por cento). Nos ciclos de estudos do Ensino Básico, o sector público subiu mais 1 por cento a sua taxa de transição no 1º ciclo, mas o privado subiu 1 e 0,6 por cento, respectivamente, nos 2º e 3º ciclos, ao passo que o sector público viu as suas taxas descerem 1 e 4 por cento (Gráfico 3.6).

Gráfico 3.6
Variação da taxa de transição segundo o nível de ensino, por sector institucional
totais nacionais, 1994/95-2004/05

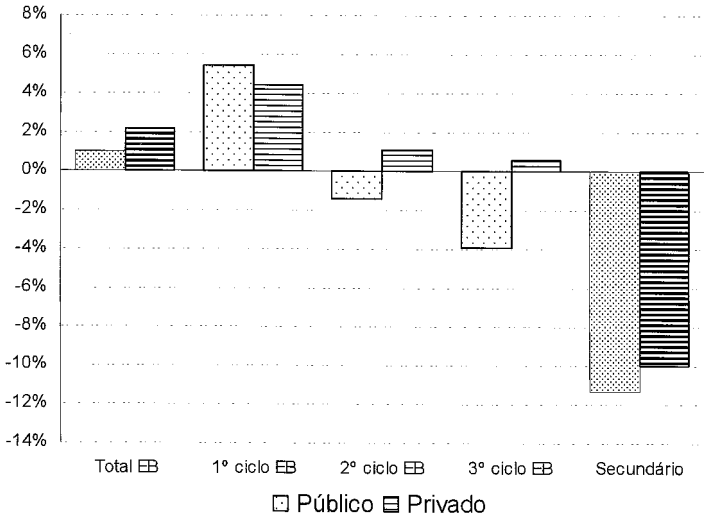


TABELA 3.III - TAXAS DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO E O CICLO DE ESTUDOS, POR SECTOR INSTITUCIONAL E ANO LECTIVO

dados nacionais, em percentagem

	1994/95		1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/00	
	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.o	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.
Básico	**86,5**	**92,3**	**85,6**	**92,9**	**84,3**	**89,5**	**85,6**	**91,9**	**86,2**	**92,5**	**86,8**	**93,1**
1º Ciclo	88,7	94,0	89,0	95,3	88,3	92,9	89,2	95,2	89,9	95,9	90,5	96,6
1º ano	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*
2º ano	*83,6*	*89,1*	*82,9*	*89,4*	*80,9*	*79,8*	*82,2*	*91,8*	*82,7*	*92,7*	*83,3*	*93,4*
3º ano	*90,3*	*96,3*	*90,8*	*97,6*	*89,9*	*97,8*	*90,3*	*95,3*	*91,1*	*96,6*	*91,7*	*97,3*
4º ano(1)	*83,7*	*91,1*	*84,6*	*94,9*	*84,5*	*95,2*	*86,3*	*93,9*	*87,5*	*94,6*	*88,6*	*95,7*
2º Ciclo	87,5	93,0	86,1	92,5	84,5	90,5	85,6	91,7	85,9	92,0	86,2	92,5
5º ano	*87,0*	*93,8*	*84,5*	*91,9*	*83,3*	*90,8*	*85,1*	*92,1*	*85,4*	*92,1*	*85,6*	*92,7*
6º ano(1)	*88,0*	*92,1*	*87,8*	*93,1*	*85,6*	*90,3*	*86,1*	*91,4*	*86,5*	*91,8*	*86,9*	*92,4*
3º Ciclo	82,9	89,6	80,8	89,9	79,1	84,8	81,0	88,0	81,7	88,6	82,1	89,0
7º ano	*79,8*	*89,1*	*77,9*	*86,3*	*77,0*	*86,1*	*77,6*	*86,1*	*78,4*	*87,1*	*79,0*	*88,1*
8º ano	*82,9*	*89,1*	*81,0*	*90,2*	*80,2*	*87,6*	*82,6*	*88,9*	*83,0*	*88,9*	*83,2*	*88,8*
9º ano(1,2)	*86,0*	*90,6*	*83,9*	*93,8*	*80,4*	*80,4*	*83,3*	*89,2*	*84,1*	*89,8*	*84,6*	*90,1*
Secundário	**78,1**	**88,2**	**66,4**	**73,3**	**63,6**	**71,9**	**63,9**	**70,8**	**63,3**	**71,7**	**62,5**	**71,7**
10º ano	*71,3*	*83,3*	*59,8*	*68,4*	*60,8*	*71,6*	*63,5*	*73,7*	*63,0*	*74,6*	*62,1*	*75,0*
11º ano	*89,6*	*96,2*	*80,4*	*85,9*	*79,9*	*86,8*	*79,2*	*83,4*	*79,2*	*85,0*	*78,6*	*85,8*
12º ano(1,2)	*70,4*	*69,3*	*62,1*	*66,4*	*50,5*	*57,4*	*50,1*	*57,9*	*49,6*	*58,1*	*49,3*	*58,5*

Fonte: GIASE (2006a)

CONTINUA

(1) Taxa de conclusão do ciclo (2) Taxa de conclusão do nível

As séries cronológicas pormenorizadas confirmam que, em ambos os níveis de ensino e em todos os ciclos de estudos dentro do nível básico, as evoluções dos dois sectores estão correlacionadas, e que o sector privado teve sempre taxas de transição superiores às do público. Além disso, no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário essa distância tendeu a aumentar nos últimos anos. A inspecção das diferenças mostra que, desde finais da década de 90, a taxa de transição se tornou tanto mais favorável ao sector privado quanto mais elevado o ciclo de estudos considerado: a diferença decresceu no 1º ciclo do Ensino Básico, aumentou moderadamente no 2º ciclo, e ampliou-se muito no 2º ciclo e no nível secundário, embora neste último com grandes oscilações (Gráficos 3.7 e 3.8).

TABELA 3.III - TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO, SEGUNDO O NÍVEL E O CICLO DE ESCOLARIDADE, POR SECTOR INSTITUCIONAL E ANO LECTIVO (cont.)
dados nacionais, em percentagem

	2000/01		2001/02		2002/03		2003/04		2004/05	
	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.o	Públ.	Priv.
Básico	86,6	93,3	85,6	93,2	86,3	92,5	87,3	93,6	87,5	94,5
1º Ciclo	90,7	96,0	90,9	96,8	91,9	96,7	92,9	96,9	94,1	98,4
1º ano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2º ano	84,3	93,8	84,0	94,4	85,4	94,0	86,9	94,5	88,3	96,9
3º ano	90,8	95,7	91,3	96,9	92,0	96,6	93,9	96,9	95,3	98,5
4º ano(1)	89,3	94,6	89,7	95,7	91,1	96,1	91,6	96,2	93,6	98,2
2º Ciclo	86,6	93,8	83,5	91,7	84,5	91,1	85,2	92,7	86,1	94,1
5º ano	86,6	94,2	84,0	92,5	84,3	91,1	85,1	93,1	85,8	94,4
6º ano(1)	86,5	93,4	83,0	91,0	84,6	91,0	85,3	92,2	86,5	93,8
3º Ciclo	80,9	89,2	79,8	89,5	79,9	88,5	81,1	90,4	79,0	90,2
7º ano	77,6	88,6	76,4	88,7	74,4	85,6	75,9	87,5	76,2	89,6
8º ano	82,0	89,2	81,0	89,5	82,1	89,5	82,7	90,6	82,7	92,2
9º ano(1,2)	83,6	89,9	82,4	90,4	83,9	90,5	86,1	93,4	78,5	88,7
Secundário	59,9	67,6	61,7	71,9	65,7	72,6	65,2	76,8	66,8	78,2
10º ano	59,6	71,1	60,0	73,4	65,5	72,8	65,5	78,4	69,4	81,9
11º ano	75,0	81,6	77,1	86,6	81,3	87,0	81,3	90,8	83,4	91,8
12º ano(1,2)	46,8	53,4	50,3	58,9	49,9	61,2	49,9	63,6	49,2	63,3

Fonte: GIASE (2006a)

(1) Taxa de conclusão do ciclo (2) Taxa de conclusão do nível

A ***taxa de conclusão segundo o sector institucional*** apresenta e acentua as mesmas diferenças entre os dois sectores. Destaca-se, sobretudo, a variação total muito menos negativa no sector privado, na conclusão do Ensino Básico e do Ensino Secundário, e o aumento da diferença entre os dois sectores na taxa de conclusão do Ensino Secundário, diferença com tendência crescente, embora com oscilações, desde 1997/98 (Gráficos 3.9 a 3.11).

Gráfico 3.7
Taxa de transição segundo o nível de ensino, por sector institucional
totais nacionais, 1994/95-2004/05

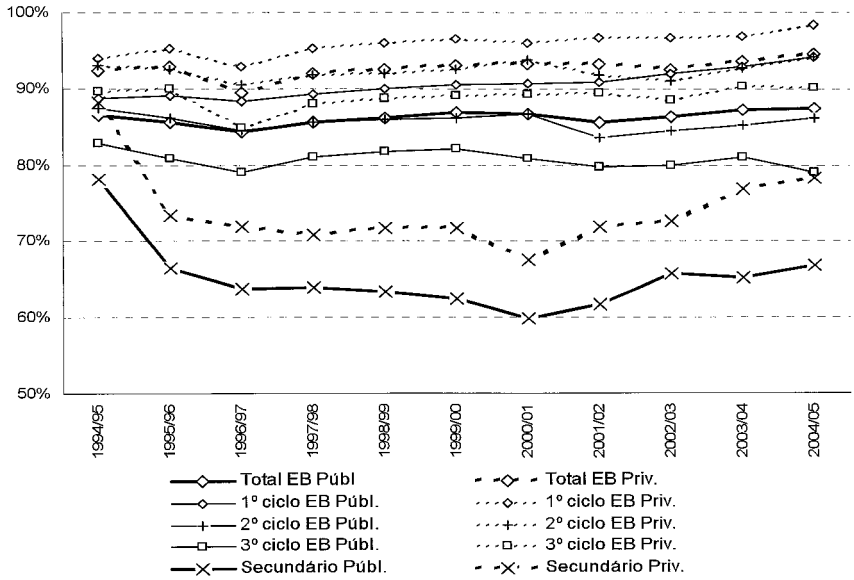


Gráfico 3.8
Diferença entre as taxas de transição do sector privado e do sector público, segundo o nível de ensino
totais nacionais, 1994/95-2004/05

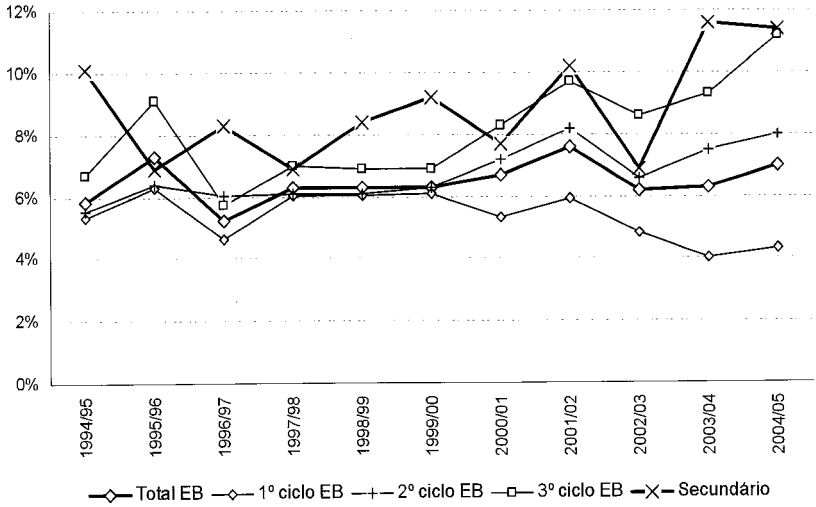


Gráfico 3.9
Variação da taxa de conclusão segundo o nível de ensino, por sector institucional
totais nacionais, 1994/95-2004/05

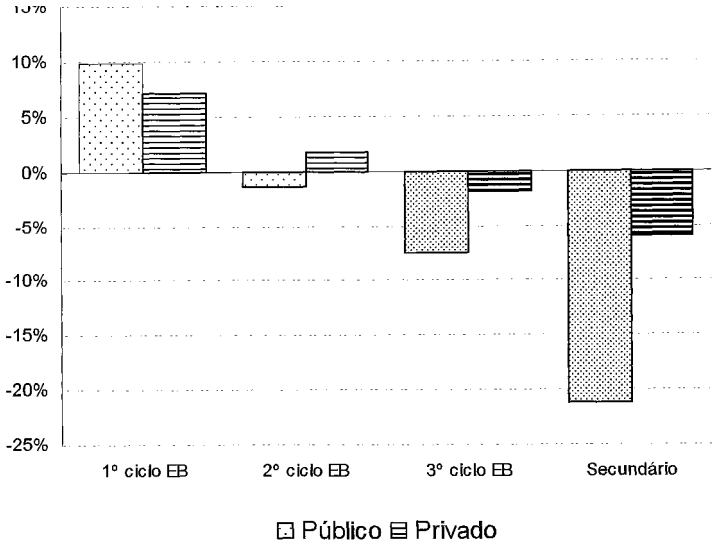


Gráfico 3.10
Taxa de conclusão segundo o nível de ensino, por sector institucional
totais nacionais, 1994/95-2004/05

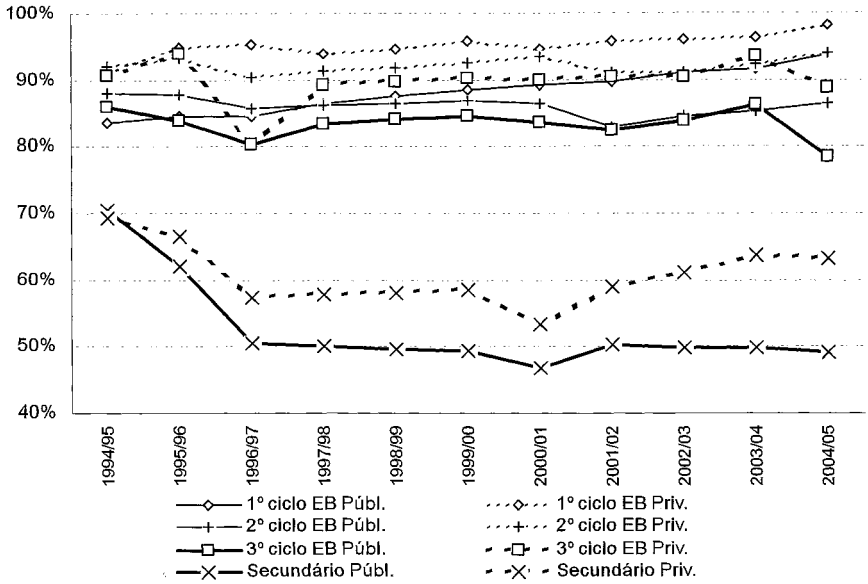
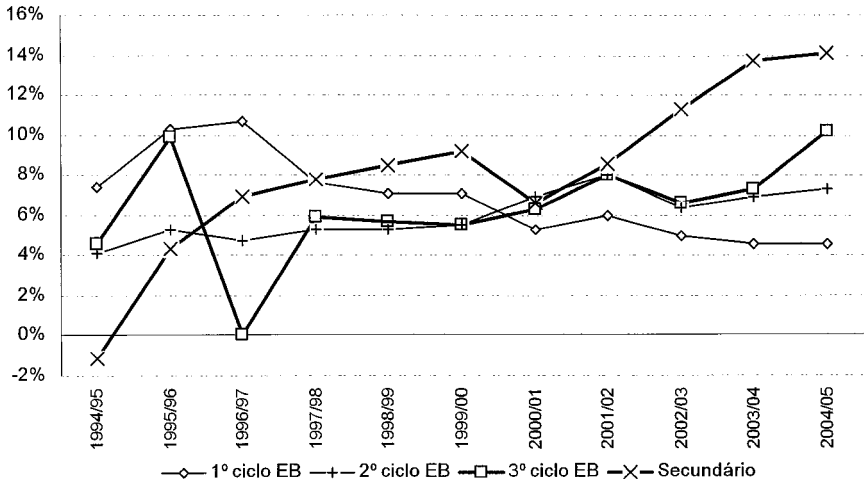


Gráfico 3.11
Diferença entre as taxas de conclusão do sector privado e do sector público, segundo o nível de ensino
totais nacionais, 1994/95-2004/05



A ***probabilidade média de conclusão em tempo normal segundo o sector institucional***, enquanto produto das taxas de transição por ano de escolaridade, mostra o efeito cumulativo das diferenças entre o aproveitamento escolar das populações discentes dos ensinos público e privado, que se traduzem numa desigualdade persistente e, na maior parte dos ciclos de estudos, crescente entre os dois sectores (Tabela 3.IV e Gráficos 3.12 e 3.13).

Assim, a probabilidade média de um aluno ingressado no Ensino Básico em 1994/95 o concluir ao cabo de 9 anos foi dupla no sector privado (50 por cento, contra 25 por cento no sector público); com pequenas oscilações, esta diferença mantém-se para as três sequências que podemos acompanhar completamente ao longo de todo o Ensino Básico. Desagregando este nível de ensino por ciclos, o que permite observar séries mais longas, podemos constatar que em todos eles o indicador revela larga vantagem do sector privado. Nos 1° e 2° ciclos as séries evoluem, grosso modo, em paralelo, embora no 2° ciclo haja um aumento gradual da vantagem do sector privado. Já no 3° ciclo, as séries tendem a divergir a

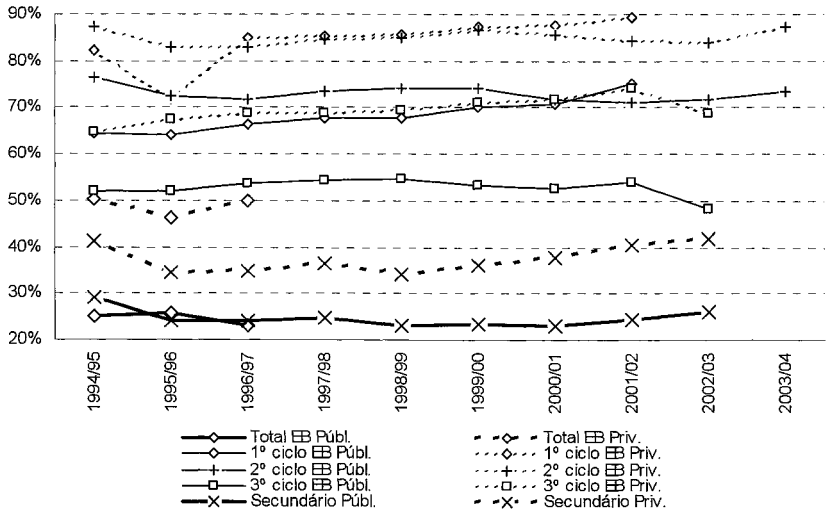
partir de 1998/99, com um pendor levemente descendente no ensino público e ascendente no privado até aos ciclos iniciados em 2001/02, quando as duas séries registam a diferença máxima (74 por cento no privado contra 54 por cento no público). Em ambos os sectores, deu-se uma descida no aproveitamento do 3° ciclo iniciado em 2002/03, mas manteve-se a diferença de cerca de 20 por cento a favor do sector privado.

TABELA 3.IV - PROBABILIDADE MÉDIA DE CONCLUSÃO EM TEMPO NORMAL, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO E O CICLO DE ESTUDOS, POR SECTOR INSTITUCIONAL E ANO LECTIVO DE INÍCIO
dados nacionais, em percentagem

	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Básico Públ.	**25,2**	**25,6**	**23,0**	:	:	:	:	:	:	:
Básico Priv.	**50,1**	**46,2**	**50,0**	:	:	:	:	:	:	:
1° ciclo Públ.	64,3	63,9	66,3	67,7	67,8	70,1	70,8	75,1	:	:
1° ciclo Priv.	82,1	71,9	84,9	85,3	85,5	87,3	87,7	89,4	:	:
2° ciclo Públ.	76,4	72,3	71,7	73,6	74,2	74,0	71,9	71,1	71,9	73,6
2° ciclo Priv.	87,3	83,0	83,0	84,5	85,1	86,6	85,7	84,2	84,0	87,3
3° ciclo Públ.	52,0	52,0	53,5	54,5	54,5	53,4	52,7	54,0	48,3	:
3° ciclo Priv.	64,6	67,4	68,7	69,0	69,5	71,0	71,8	74,1	68,8	:
Secundário Públ.	**28,9**	**23,9**	**23,9**	**24,8**	**23,2**	**23,4**	**22,9**	**24,3**	**26,2**	:
Secundário Priv.	**41,1**	**34,4**	**34,7**	**36,6**	**34,2**	**36,0**	**37,7**	**40,6**	**41,8**	:

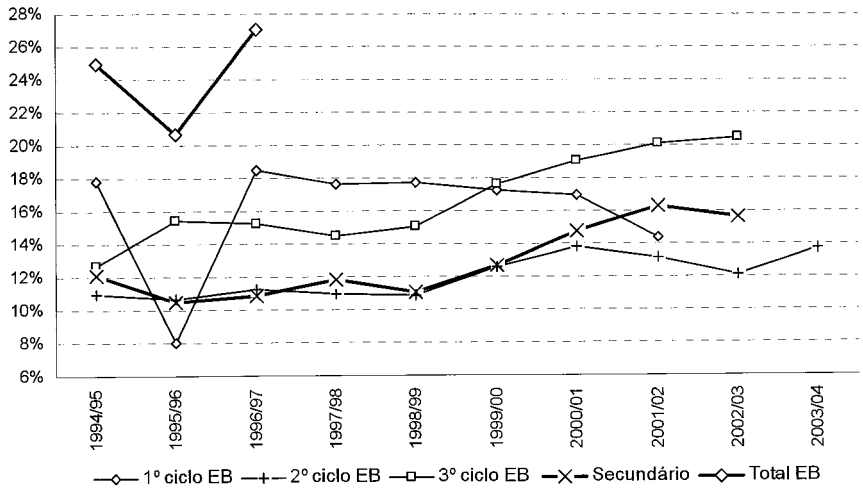
Fonte: Tabela 3.III : - Não disponível

Gráfico 3.12
Probabilidade média de conclusão em tempo normal segundo o nível de ensino, por ano lectivo de início e sector institucional
totais nacionais, 1994/95-2003/04



Finalmente, no Ensino Secundário, a probabilidade média de conclusão do nível em 3 anos baixou nos dois sectores no princípio da série, de 29 para 24 por cento no sector público e de 41 para 34 por cento no privado. As duas séries evoluíram sem oscilações de monta até 1998/99, quando também neste nível se inicia uma divergência de trajectórias, ampliando-se a diferença entre os dois sectores. A série do sector privado começou a crescer enquanto a do público se manteve estagnada ou ligeiramente descendente até ao ciclo iniciado em 2000/01. Em 2001/02 o aproveitamento dos alunos do sector privado reencontrou o ponto de partida, com 41 por cento de probabilidade média de conclusão em tempo normal, e subiu ainda no ciclo iniciado no ano seguinte para 42 por cento. No ensino público, a recuperação do indicador desde 2000/01 não bastou para repor o valor de 1994/95, quedando-se em 2002/03 por 26 por cento.

Gráfico 3.13
Diferença entre as probabilidades médias de conclusão em tempo normal do sector privado e do sector público, por nível de ensino e ano lectivo de início totais nacionais, 1994/95-2003/04



Em suma, e como podemos ver no gráfico 3.13, a população discente do ensino privado teve consistentemente maiores probabilidades de concluir os respectivos ciclos de estudos durante a duração normal dos mesmos. Ao longo do período para que dispomos das taxas de transição, essa diferença

só não se acentuou no 1° ciclo do Ensino Básico, onde se atenuou gradualmente desde 1996/97 (19 por cento) até ao fim da série (14 por cento para o ciclo iniciado em 2001/02). Em todos os outros ciclos de estudos, a diferença a favor do sector privado ampliou-se, e em todos eles de modo mais acentuado desde 1998/99, com especial pendor crescente no 3° ciclo do Ensino Básico (diferenças de 15 por cento em 1998/99 e de 21 por cento em 2002/03) e no Ensino Secundário (11 por cento em 1998/99 e 16 por cento em 2002/03).

Os valores da ***taxa de transição por sexo*** revelam melhor aproveitamento da população escolar feminina, através dos dois níveis de ensino e também em todos os ciclos do Ensino Básico (Tabela 3.V). O facto de estas séries estarem disponíveis apenas para o território do Continente não impede a sua consideração a par dos totais anteriores, dado o peso dos valores do Continente nos totais nacionais. Já a ruptura de disponibilidade entre 1998/99 e 2002/03 prejudica a leitura das séries, mas os dados sugerem que as diferenças encontradas nos anos disponíveis poderão ser generalizadas aos omissos.

TABELA 3.V - TAXAS DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO E O CICLO DE ESTUDOS, POR SEXO E ANO LECTIVO - dados do Continente, em percentagem

	1994/95		1995/96		1996/97		1997/98		1998/99		1999/00	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Básico	**85,1**	**89,5**	**84,2**	**89,1**	**83,1**	**87,1**	**84,4**	**89,0**	:	:	:	:
1° Ciclo	88,2	91,5	88,4	92,0	87,7	90,9	88,9	91,9	:	:	:	:
1° ano	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*	*100,0*
2° ano	*82,7*	*87,1*	*81,8*	*86,7*	*79,6*	*83,5*	*81,8*	*86,4*	:	:	:	:
3° ano	*90,3*	*93,2*	*90,5*	*93,7*	*89,7*	*93,0*	*90,1*	*92,8*	:	:	:	:
4° ano(1)	*82,9*	*87,4*	*83,7*	*88,6*	*83,8*	*88,2*	*85,7*	*89,2*	*87,0*	*90,3*	*87,5*	*92,1*
2° Ciclo	85,6	90,8	83,9	90,2	84,2	86,4	83,4	90,2	:	:	:	:
5° ano	*85,5*	*90,2*	*82,4*	*88,7*	*82,9*	*85,8*	*83,0*	*89,9*	:	:	:	:
6° ano(1)	*85,7*	*91,5*	*85,5*	*91,8*	*85,5*	*86,9*	*83,8*	*90,5*	*84,4*	*90,6*	*84,3*	*91,6*
3° Ciclo	80,6	86,3	78,9	84,9	76,3	83,0	79,2	84,8	:	:	:	:
7° ano	*77,1*	*84,3*	*75,7*	*82,5*	*74,2*	*82,1*	*75,5*	*82,3*	:	:	:	:
8° ano	*80,2*	*86,7*	*78,7*	*85,4*	*77,6*	*84,2*	*80,9*	*86,0*	:	:	:	:
9° ano(1,2)	*84,7*	*88,0*	*83,0*	*86,8*	*77,5*	*82,8*	*81,8*	*86,3*	*81,7*	*87,9*	*82,4*	*88,6*
Secundário	**74,4**	**82,7**	**61,8**	**70,8**	**59,3**	**68,2**	**60,2**	**68,2**	**58,9**	**68,4**	**57,1**	**68,3**
10° ano	67,0	76,5	54,8	65,2	55,4	66,9	59,1	69,2	57,9	69,4	56,3	69,5
11° ano	87,5	92,4	76,5	83,9	76,3	83,8	75,5	83,2	74,3	83,8	72,7	84,1
12° ano(1,2)	72,9	69,4	58,4	65,3	47,4	53,6	47,2	53,7	46,2	54,0	44,7	54,2

Fonte: GIASE (2006a)

CONTINUA

(1) Taxa de conclusão do ciclo (2) Taxa de conclusão do nível : - Não disponível

TABELA 3.V - TAXAS.DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO E O CICLO DE ESTUDOS, POR SEXO E ANO LECTIVO (cont.) - dados do Continente, em percentagem

	2000/01		2001/02		2002/03		2003/04		2004/05	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Básico	:	:	:	:	:	:	86,0	91,1	86,0	91,2
1º Ciclo	:	:	:	:	:	:	92,7	95,1	93,7	95,9
1º ano	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2º ano	:	:	:	:	:	:	86,7	87,6	89,4	91,4
3º ano	:	:	:	:	:	:	93,9	95,9	95,0	96,9
4º ano(1)	89,4	91,1	89,3	91,6	91,1	92,9	91,1	94,7	93,1	95,9
2º Ciclo	:	:	:	:	:	:	83,0	90,5	84,0	91,5
5º ano	:	:	:	:	:	:	83,0	90,4	83,7	91,3
6º ano(1)	85,9	89,5	82,0	86,7	83,8	88,1	83,1	90,5	84,3	91,7
3º Ciclo	:	:	:	:	:	:	79,0	86,2	76,7	84,7
7º ano	:	:	:	:	:	:	73,2	82,3	73,6	82,9
8º ano	:	:	:	:	:	:	81,0	86,7	80,9	87,2
9º ano(1,2)	83,4	85,8	81,7	85,5	83,8	86,8	84,7	90,2	76,0	84,0
Secundário	56,8	63,7	59,9	65,0	63,6	68,8	61,5	70,5	63,3	72,2
10º ano	56,0	64,7	57,0	65,1	60,2	69,4	60,7	71,9	64,9	75,9
11º ano	73,5	77,0	74,8	80,9	77,4	83,1	77,6	85,7	79,7	87,9
12º ano(1,2)	42,9	50,8	50,6	51,2	55,7	55,2	47,7	55,1	46,5	54,3

Fonte: GIASE (2006a)

1) Taxa de conclusão do ciclo (2) Taxa de conclusão do nível I: - Não disponível

Como é patente nos gráficos 3.14 e 3.15, existe, sem excepção, uma diferença favorável às alunas, crescente entre o Ensino Básico (4 a 5 por cento, com tendência ascendente ao longo da série) e o Secundário (5 a 11 por cento, com acentuadas variações em diferentes fases). No Ensino Básico, a diferença no 1º ciclo variou entre 2 e 4 por cento, com tendência descendente, entre 2 e 8 por cento no 2º ciclo e entre 6 e 8 por cento no 3º ciclo, ambos com tendência ascendente. No Ensino Secundário, para que existem séries completas, houve uma notória subida da vantagem das mulheres entre 1997/98 e 1999/2000, quando a diferença de aproveitamento foi de 11 por cento a seu favor; a atenuação dessa diferença nos dois anos seguintes reduziu-a a menos de metade, perto dos 5 por cento, recrudescendo nos últimos anos observados para perto de 9 por cento. Em suma, a vantagem feminina no aproveitamento tendeu consistentemente a aumentar com o avanço dos ciclos de estudos.

Gráfico 3.14
Taxa de transiçãosegundo o nível de ensino, por sexo
dados do Continente, 1994/95-2003/04

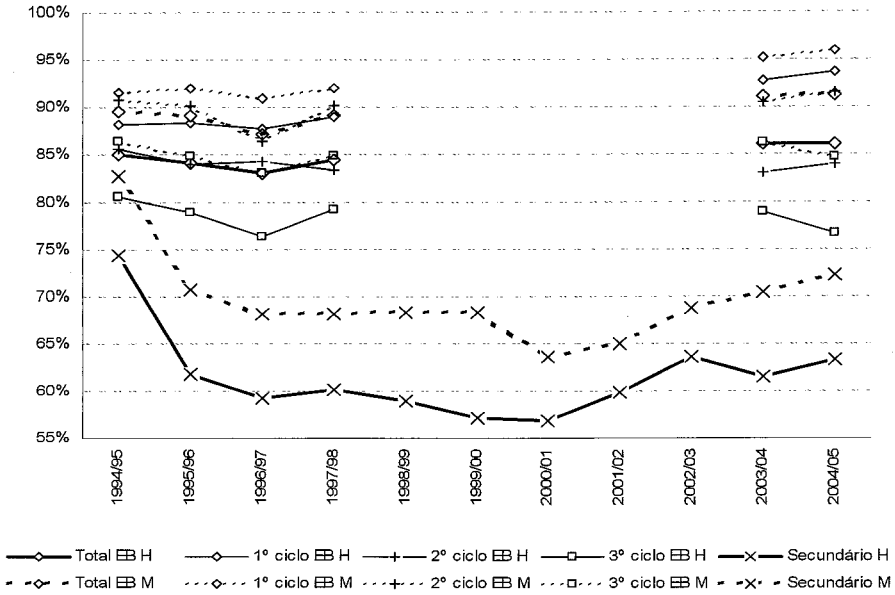


Gráfico 3.15
Diferença entre as taxas de transição feminina e masculina, por nível de ensino
dados do Continente, 1994/95-2004/05

A ***taxa de conclusão por sexo*** varia de modo semelhante ao da taxa de transição, mas as diferenças de aproveitamento a favor das alunas reduzem-se substancialmente, como efeito da selecção operada ao longo dos anos antecedentes em cada nível e ciclo de ensino (Gráficos 3.16 e 3.17).

Gráfico 3.16
Taxa de conclusão segundo o nível de ensino, por sexo
dados do Continente, 1994/95-2004/05

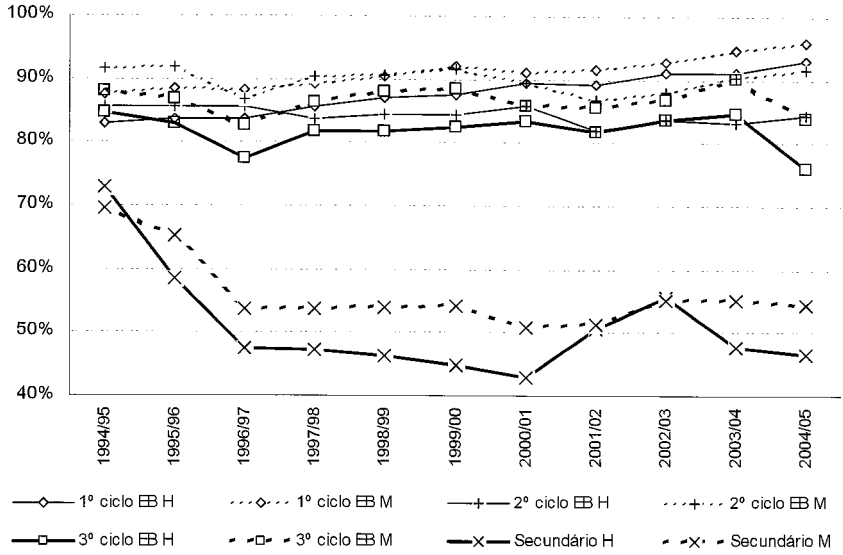
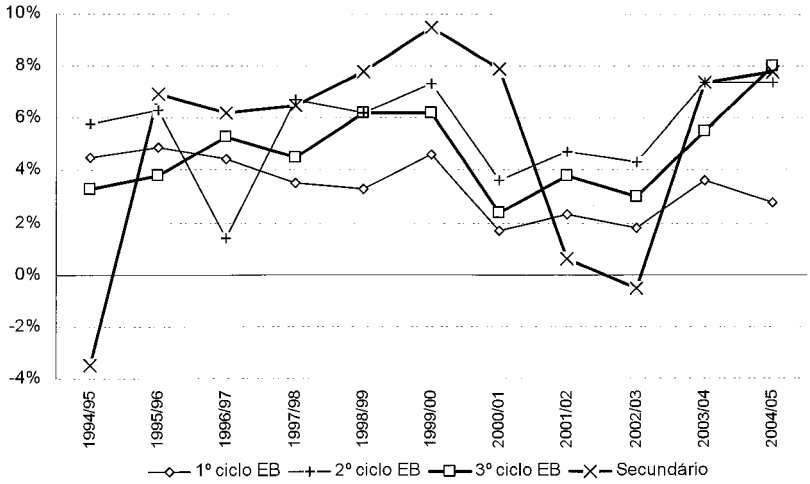


Gráfico 3.17
Diferença entre as taxas de conclusão feminina e masculina, por nível de educação
dados do Continente, 1994/95-2004/05



Devido às lacunas temporais nas séries do Ensino Básico, só nos é possível calcular a ***probabilidade média de conclusão em tempo normal por sexo*** para o Ensino Secundário (Tabela 3.VI).

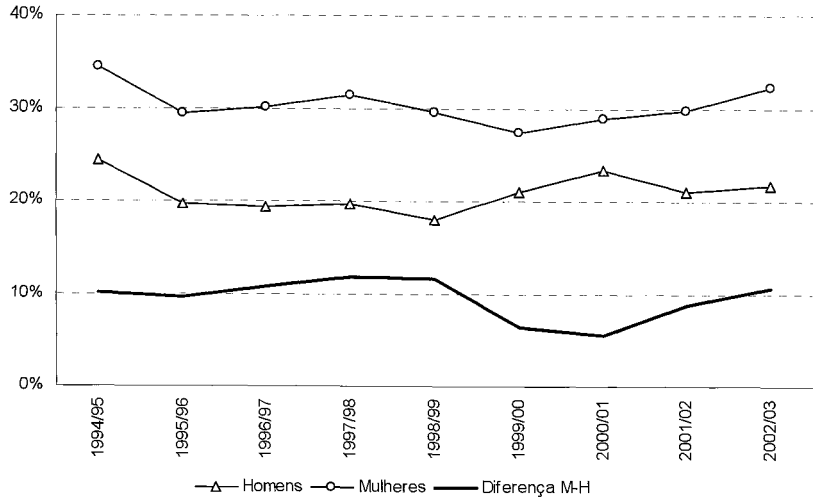
TABELA 3.VI - PROBABILIDADE MÉDIA DE CONCLUSÃO EM TEMPO NORMAL NO ENSINO SECUNDÁRIO, POR SEXO E ANO LECTIVO DE INÍCIO
dados do Continente, em percentagem

	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03
Homens	24,29	19,74	19,32	19,63	18,06	20,94	23,33	21,04	21,72
Mulheres	34,40	29,34	30,06	31,43	29,65	27,40	28,89	29,81	32,30

Fonte: Tabela 3.V

Dado o que já foi descrito sobre as diferenças da taxa de transição por sexo, não é surpreendente que as alunas apresentem uma probabilidade de conclusão do Ensino Secundário em tempo normal significativamente maior do que os alunos. A diferença oscila em torno dos 10 por cento, tendo aumentado nos últimos anos da década de 90 e reduzido nos primeiros da década seguinte, até um mínimo de 6 por cento em 2000/01. Recrudesceu nos dois últimos ciclos observados, iniciados nos anos lectivos de 2001/02 e 2002/03, regressando ao 11 por cento neste último (Gráfico 3.18).

Gráfico 3.18
Probabilidade média de conclusão em tempo normal no Ensino Secundário, por sexo e ano de início
dados do Continente, 1994/95-2002/03



Não estão disponíveis taxas de transição e de conclusão para o Ensino Superior, nem estatísticas que permitam calculá-las. Para uma aproximação grosseira, construímos, a partir dos dados disponíveis, o indicador ***taxa de diplomação no Ensino Superior***, que é a percentagem do número de alunos que concluíram cursos do Ensino Superior, conferentes ou não de grau, num dado ano, relativamente ao total de alunos matriculados nesses cursos nesse mesmo ano. As fontes utilizadas para o apuramento dos números de alunos matriculados e de alunos que concluíram os graus por ano lectivo foram as séries publicadas pelo Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES), hoje Gabinete de Planeamento, Estatística, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI).[14] Para a desagregação das séries por níveis de diplomas, classificámos como "1° grau" todos os cursos e certificados ou diplomas de bacharelato, licenciatura, e complementos de formação equivalentes; como "Especialização pós-graduada", todos os cursos e diplomas ou certificados de estudos especializados pós-bacharelato ou pós-licenciatura, não conferentes de grau.

Os números absolutos de diplomados mostram um crescimento notável entre 1993 e 2004, tendo mais do que duplicado; um crescimento assente nos diplomas de 1° grau, que representaram entre 91 e 96 por cento do total, proporção decrescente ao longo do período. No entanto, os últimos anos dão sinal de um abrandamento do crescimento desde 2002, sobretudo nos diplomas de 1° grau (Tabela 3.VII e Gráficos 3.19 e 3.20). O crescimento mais dinâmico nos anos considerados nesta série foi o dos

---

[14] OCES (2004, 2004a, 2004b 2005, 2005a, 2006, 2006a 2007, 2007a). Destas diferentes fontes que o OCES foi disponibilizando on-line, várias já não se encontram acessíveis, tendo sido substituídas por compilações mais recentes. Estas, no entanto, permitem menor amplitude cronológica, iniciando as séries apenas em 1997. As fontes actualmente disponibilizadas têm duas alterações importantes: incluem os números de inscritos e diplomados no ciclo Doutoramento, e mudam os critérios de atribuição de vários cursos entre os subsistemas Universitário e Politécnico, pelo que a sequência introduz quebras de série. Os totais são consistentes nas séries dos dois conjuntos de fontes, uma vez subtraídos os do ciclo Doutoramento. Tanto os números de inscritos como os de diplomados se reportam a 31 de Dezembro de cada ano civil. Uma vez que, no referente aos diplomados, é discutível a atribuição desta data a um ano lectivo, optámos por organizar as séries tomando por referência o ano civil.

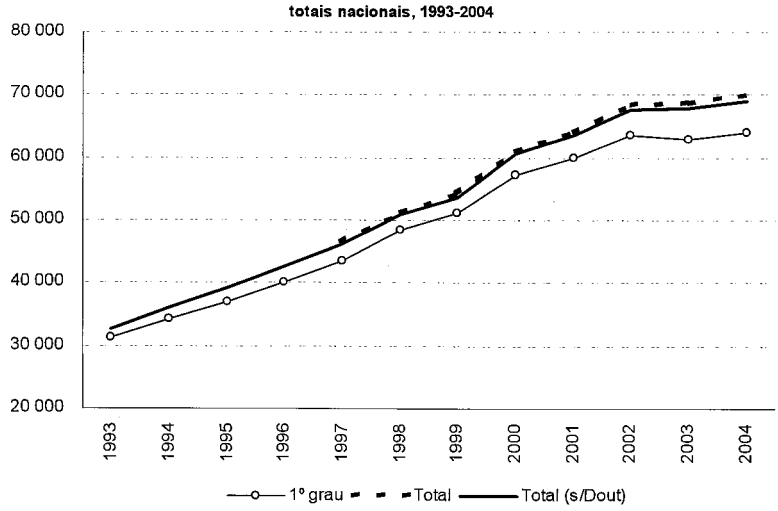
doutoramentos (taxa de crescimento média de 17,7 por cento ao ano entre 1997 e 2004),[15] seguido do dos diplomas de especialização pós-graduada (15,3 por cento ao ano entre 1993 e 2004), do dos mestrados (13,7 por cento ao ano entre 1993 e 2004), e finalmente dos diplomas de 1° grau (7,4 por cento ao ano entre 1993 e 2004).

TABELA 3.VII - NÚMEROS DE INSCRITOS E DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR, POR CICLO DE ESTUDOS E ANO - Dados nacionais

	1° grau		Pós-grad.		Mestrado		Doutoramento		Total		Total (S/ Doutor.)	
	Inscr.	Dipl.	Inscr.	Dipl.	Inscr.	Dipl.	Inscr.	Dipl.	Inscr.	Dipl.	Inscr.	Dipl.
1993	263 490	31 265	1 212	462	5 287	871	:	:	:	:	269 989	32 598
1994	282 971	34 184	1 452	336	5 925	1 407	:	:	:	:	290 348	35 927
1995	305 657	36 900	1 639	607	6 139	1 704	:	:	:	:	313 435	39 211
1996	325 981	40 067	1 478	613	6 666	1 884	:	:	:	:	334 125	42 564
1997(1)	335 847	43 365	1 573	621	7 448	2 117	2 605	375	347 473	46 478	344 868	46 103
1998	344 855	48 443	1 654	535	7 841	1 979	2 440	379	356 790	51 336	354 350	50 957
1999	360 263	51 129	1 802	622	8 725	1 953	2 955	551	373 745	54 255	370 790	53 704
2000	373 457	57 299	2 173	1 049	8 692	2 207	3 381	585	387 703	61 140	384 322	60 555
2001	380 905	59 906	2 841	1 201	8 545	2 326	4 310	665	396 601	64 098	392 291	63 433
2002	381 835	63 493	3 119	1 295	10 524	2 885	5353	838	400 831	68 511	395 478	67 673
2003	373 860	62 908	3 758	1 797	11 106	3 068	6 339	895	395 063	68 668	388 724	67 773
2004	359 018	63 923	3 509	1 914	11 422	3 152	6 988	998	380 937	69 987	373 949	68 989

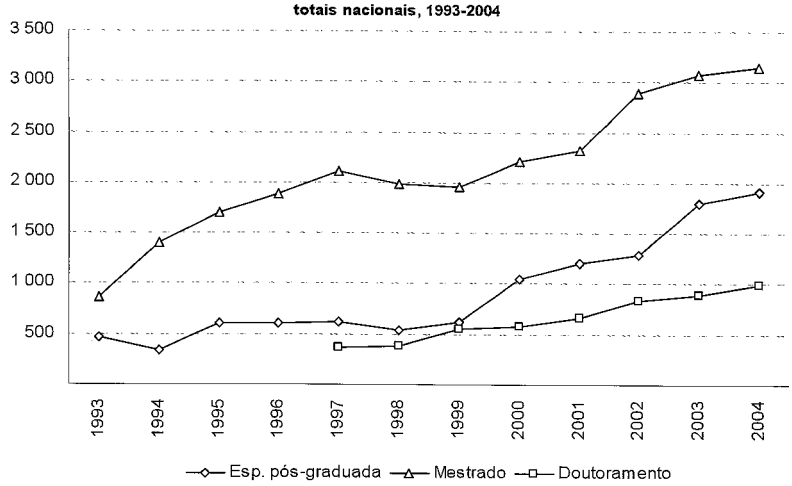
Fonte: OCES (2004, 2004a, 2004b 2005, 2005a, 2006, 2006a, 2007, 2007a); (1) Quebra de série

Gráfico 3.19
Número de diplomados no Ensino Superior
totais nacionais, 1993-2004



15 Abaixo introduziremos e comentaremos uma série mais ampla de números de doutoramentos, a partir de outra fonte.

Gráfico 3.20
Número de diplomados no Ensino Superior em ciclos de estudos pós-graduados
totais nacionais, 1993-2004



A taxa de diplomação no Ensino Superior por ciclo de estudos, como acima definida, é reconhecidamente um indicador grosseiro. A comparação entre ciclos de estudos tem que ter em conta a diferente duração normal destes. Assim, é de esperar que os cursos de especialização pós-graduada, com duração normal de um ano, tenham uma taxa de diplomação maior do que a dos cursos de mestrado, com duração normal de 2 anos, na prática frequentemente superior devido aos prolongamentos inerentes à realização e defesa pública de dissertação. Estes, por sua vez, devem também, em teoria, ter uma taxa superior aos cursos de 1° grau, com duração normal de 3 ou 4 anos (mas que aqui incluem números anualmente variáveis de complementos de formação equiparados, de durações inferiores). No cômputo total, a taxa de diplomação mistura ciclos de estudos com durações normais diferentes, cuja composição relativa se foi alterando ao longo dos anos, embora no fundo seja determinada pela taxa do 1° grau, devido ao peso esmagador destes cursos no total dos diplomas conferidos. Com todas estas limitações, permite ainda assim revelar algumas tendências de evolução, que importa interpretar com as devidas precauções (Tabela 3.VIII e Gráfico 3.21).

A taxa de diplomação total é, como dissemos, determinada pela dos cursos de 1° grau.[16] Considerando que esta última agrupa cursos com duração normal média entre 3 e 4 anos (consoante se trate de bacharelatos ou de licenciaturas, média ainda rebaixada pelos cursos de formação complementar), apresenta à partida um nível relativamente baixo (12 por cento), tendo no entanto aumentado continuamente ao longo do período observado até atingir 18 por cento em 2004. É de notar que esta subida beneficia em parte, nos últimos anos, do abrandamento do crescimento e por fim da redução absoluta do número de alunos inscritos, cuja tradução numa eventual quebra da diplomação – em abrandamento desde 2002, como vimos – só se projectará nos anos subsequentes.

TABELA 3.VIII - TAXA DE DIPLOMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O CICLO DE ESTUDOS, POR ANO

Dados nacionais, em percentagem

	1° grau	Pós-graduação	Mestrado	Doutoramento	Total	Total (s/Dout)
1993	11,9	38,1	16,5	:	:	12,1
1994	12,1	23,1	23,7	:	:	12,4
1995	12,1	37,0	27,8	:	:	12,5
1996	12,3	41,5	28,3	:	:	12,7
1997(1)	12,9	39,5	28,4	14,4	13,4	13,4
1998	14,0	32,3	25,2	15,5	14,4	14,4
1999	14,2	34,5	22,4	18,6	14,5	14,5
2000	15,3	48,3	25,4	17,3	15,8	15,8
2001	15,7	42,3	27,2	15,4	16,2	16,2
2002	16,6	41,5	27,4	15,7	17,1	17,1
2003	16,8	47,8	27,6	14,1	17,4	17,4
2004	17,8	54,5	27,6	14,3	18,4	18,4

Fonte: Tabela 3.VII

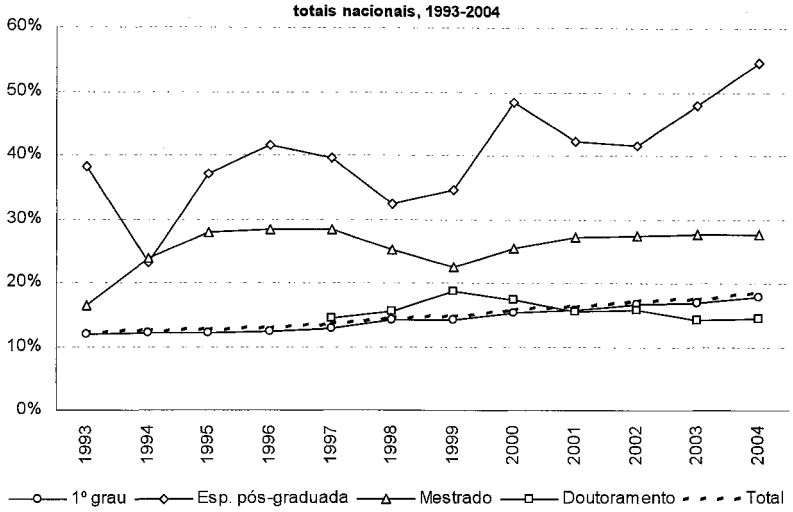
(1) Quebra de série

A taxa de diplomação dos cursos de especialização pós-graduada tem uma tendência crescente, marcada por oscilações devidas em grande medida

16 De tal modo que a introdução do nível de doutoramento nas séries a partir de 1997 não tem expressão visível na taxa de diplomação total, devido ao seu reduzido peso no conjunto, pelo que podemos apresentá-la de modo contínuo.

a pequenos números totais, fortemente afectados pelas variações anuais. Tratando-se de ciclos de estudos com duração normal de um ano, a taxa é naturalmente mais elevada que as dos outros cursos; mas, mesmo num contexto de crescimento contínuo dos inscritos, os valores quase sempre inferiores a 50 por cento podem considerar-se relativamente baixos.

Gráfico 3.21
Taxa de diplomação no Ensino Superior por ciclo de estudos
totais nacionais, 1993-2004



Nos cursos de mestrado, a taxa, inicialmente muito baixa, estabilizou entre os 25 e os 28 por cento desde 1995, exceptuada uma flutuação em 1999. Tratando-se de cursos com duração normal de 2 anos, também esta taxa pode considerar-se relativamente baixa. Para tal, contribuirá o facto de estes cursos, tal como os de pós-graduação, serem frequentados por muitos estudantes-trabalhadores em regime de tempo parcial, variável que os dados existentes não permitem controlar.

Finalmente, a taxa de diplomação ao nível do doutoramento tem duas tendências contraditórias; em crescimento entre 1997 e 1999, em que se aproximou dos 20 por cento que seriam consistentes com a duração de 5 anos prevista na duração legal da inscrição no ciclo de estudos, baixou desde aí, em consequência do aumento acelerado do número de inscritos (com acréscimos de cerca de 1000 por ano entre 2000 e 2003), cujos efeitos

no total de doutoramentos concluídos extravasarão a duração da série observada.

No seu conjunto, o crescimento destas taxas pode ser interpretado como um indício de aumento de produtividade do Ensino Superior, entendida a sua produção como sendo a de pessoas com formação superior credenciada. Trata-se, contudo, de um indicador grosseiro, visto que mistura cursos e ciclos de estudos de durações diferentes, e alunos matriculados em diferentes anos curriculares em cada curso, cujos pesos relativos no total não são constantes. Parte do aumento das taxas é certamente explicável pela mudança da composição morfológica do Ensino Superior. A diminuição do número de alunos matriculados no primeiro ano e pela primeira vez em cursos de bacharelato ou licenciatura veio, ao longo dos últimos anos, a aumentar a percentagem dos alunos desses ciclos de estudos a frequentar anos terminais dos cursos, e portanto a probabilidade de graduação. Para o mesmo efeito terá contribuído o aumento relativo do número de alunos matriculados em cursos de duração mais curta, nomeadamente de pós--graduação e de mestrado, em consequência, quer do seu aumento absoluto, quer da redução dos números de alunos matriculados em bacharelatos e licenciaturas. Estas mesmas reservas terão que ser tidas em conta nas comparações que se seguem entre taxas de diplomação desagregadas segundo o subsistema, o sector institucional, e finalmente o sexo.

Consideramos agora a divisão do Ensino Superior entre os subsistemas universitário e politécnico (Tabela 3.IX e Gráfico 3.22). A mudança de fontes em 1997 introduz aqui uma acentuada quebra de série, por efeito combinado da reclassificação operada pelo OCES na distribuição dos cursos de algumas instituições entre estes subsistemas, e da inclusão do nível de doutoramento, exclusivo do subsistema universitário. Ambas as alterações mudam fortemente o peso relativo a favor deste último, como se pode ver claramente no gráfico. Além de acompanharem a subida total dos números de diplomados, podemos ver um crescimento mais acentuado do subsistema politécnico, cujo peso no total de diplomas atribuídos cresceu de 36 para 48 por cento entre 1997 e 2004.

TABELA 3.IX - NÚMEROS DE INSCRITOS E DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR SEGUNDO O SUBSISTEMA, POR ANO

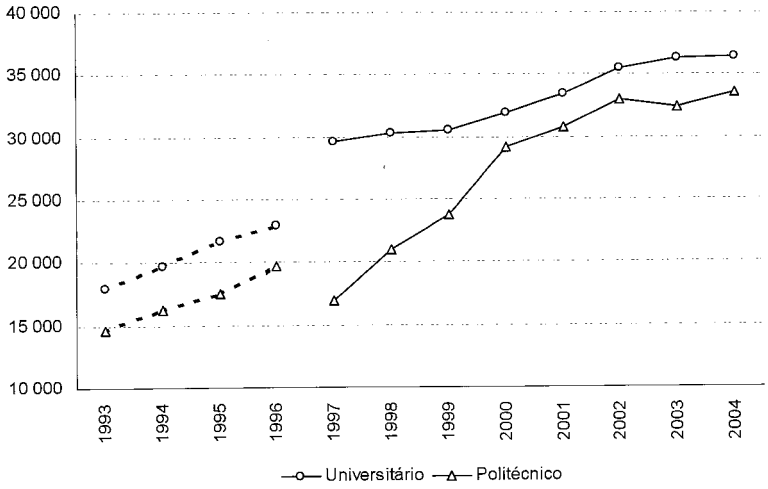
Dados nacionais

	Universitário		Politécnico		Total	
	Inscr.	Dipl.	Inscr.	Dipl.	Inscr.	Dipl.
1993	172 357	17 967	97 632	14 631	269 989	32 598
1994	183 041	19 698	107 307	16 229	290 348	35 927
1995	192 318	21 678	121 117	17 533	313 435	39 211
1996	206 368	22 869	127 757	19 695	334 125	42 564
1997(1)	247 865	29 612	99 608	16 866	347 473	46 478
1998	248 211	30 356	108 579	20 980	356 790	51 336
1999	252 912	30 498	120 833	23 757	373 745	54 255
2000	254 714	31 950	132 989	29 190	387 703	61 140
2001	256 211	33 371	140 390	30 727	396 601	64 098
2002	255 109	35 498	145 722	33 013	400 831	68 511
2003	250 535	36 293	144 528	32 375	395 063	68 668
2004	241 054	36 455	139 883	33 532	380 937	69 987

Fonte: OCES (2004, 2004a, 2004b 2005, 2005a, 2006, 2006a, 2007, 2007a)

(1) Quebra de série

Gráfico 3.22
Número de diplomados no Ensino Superior por subsistema
totais nacionais, 1993-2004



A ***taxa de diplomação no Ensino Superior segundo o subsistema*** evoluiu acentuadamente em ambos, sempre com vantagem para o politécnico, que ministra cursos de duração normal, em média, mais curta. O aumento entre 1997 e 2004 foi também maior no subsistema politécnico (de 17 para 24 por cento) que no universitário (de 12 para 15 por cento) (Tabela 3.X e Gráfico 3.23).

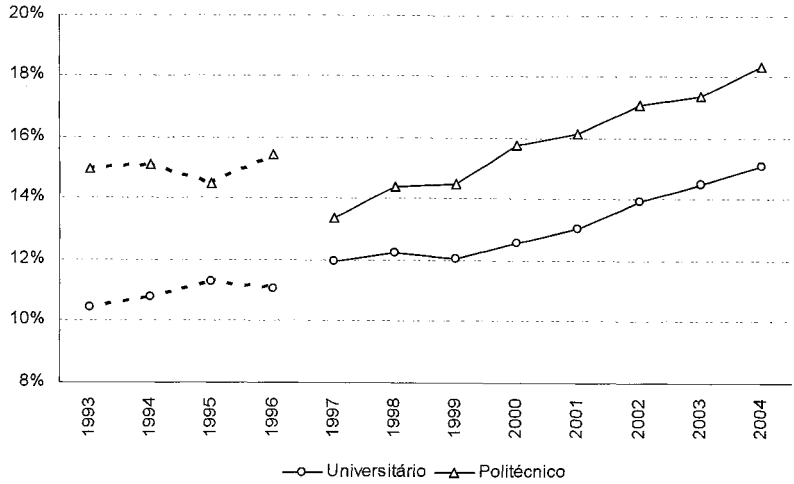
TABELA 3.X - TAXA DE DIPLOMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O SUBSISTEMA, POR ANO
Dados nacionais, em percentagem

	Universitário	Politécnico	Total
1993	10,4	15,0	12,1
1994	10,8	15,1	12,4
1995	11,3	14,5	12,5
1996	11,1	15,4	12,7
1997(1)	11,9	16,9	13,4
1998	12,2	19,3	14,4
1999	12,1	19,7	14,5
2000	12,5	21,9	15,8
2001	13,0	21,9	16,2
2002	13,9	22,7	17,1
2003	14,5	22,4	17,4
2004	15,1	24,0	18,4

Fonte: Tabela 3.IX

(1) Quebra de série

Gráfico 3.23
Taxa de diplomação no Ensino Superior por subsistema
totais nacionais, 1993-2004



A evolução do número de diplomados por sector institucional mostra que o sector não público tem vindo a perder importância, relativa e absoluta, no conjunto dos diplomas de Ensino Superior, desde 1998 e 2000, respectivamente.[17] Depois de ter subido de 36 para 41 por cento do total de diplomados entre 1993 e 1998, correspondendo a um incremento de 80 por cento, decresceu 18 por cento entre 2000 e 2004, ano em que contribuiu com apenas 30 por cento do total de diplomados. O sector público, ao invés, não só manteve como acelerou o crescimento desde 1999, só abrandando, ainda sem deixar de aumentar, a partir de 2002. (Tabela 3.XI e Gráfico 3.24). Parte desta diferença deve-se ao aumento do número de diplomados de mestrado e doutoramento, em que o sector público tem maior parcela do que nos de 1° grau, mas mesmo nestes últimos o peso relativo do sector público está em crescimento desde 1998.

[17] O sector não público inclui, além das instituições de Ensino Superior particular ou cooperativo, a Universidade Católica.

TABELA 3.XI - NÚMEROS DE INSCRITOS E DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O SECTOR INSTITUCIONAL, POR ANO

Dados nacionais

	Público		Não Público		Total	
	Inscr.	Diplom.	Inscr.	Diplom.	Inscr.	Diplom.
1993	176 209	20 810	93 780	11 788	269 989	32 598
1994	186 286	22 532	104 062	13 395	290 348	35 927
1995	198 794	24 653	114 641	14 558	313 435	39 211
1996	212 726	26 345	121 399	16 219	334 125	42 564
1997(1)	226 642	27 903	120 831	18 575	347 473	46 478
1998	238 857	30 109	117 933	21 227	356 790	51 336
1999	255 008	32 401	118 737	21 854	373 745	54 255
2000	273 530	38 617	114 173	22 523	387 703	61 140
2001	284 789	42 200	111 812	21 898	396 601	64 098
2002	290 532	46 499	110 299	22 012	400 831	68 511
2003	288 309	46 854	106 754	21 814	395 063	68 668
2004	282 273	49 195	98 664	20 792	380 937	69 987

Fonte: OCES (2004, 2004a, 2004b 2005, 2005a, 2006, 2006a, 2007, 2007a)

(1) Quebra de série

Gráfico 3.24
Número de diplomados no Ensino Superior por sector institucional
totais nacionais, 1993-2004

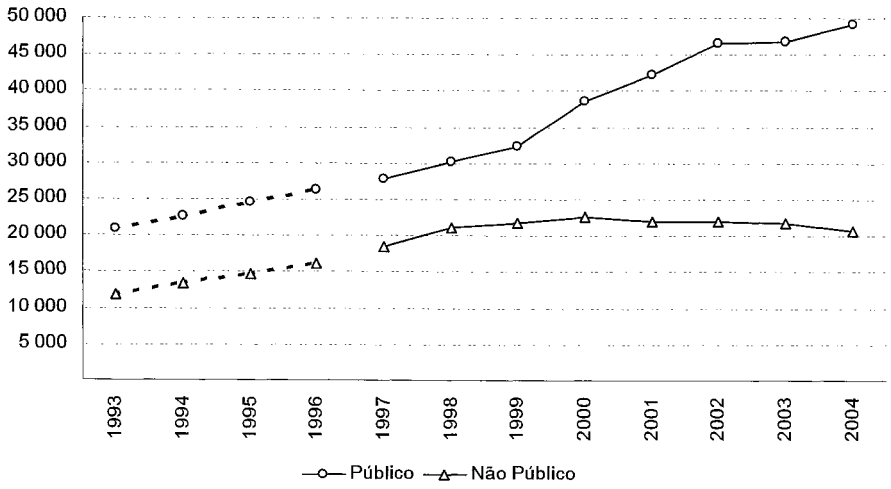


TABELA 3.XII - TAXA DE DIPLOMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O SECTOR INSTITUCIONAL, POR ANO

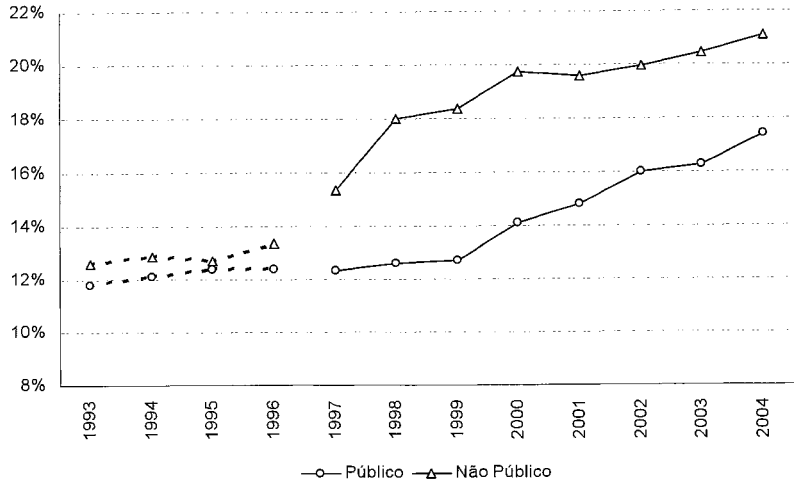
Dados nacionais, em percentagem

	Público	Não Público	Total
1993	11,8	12,6	12,1
1994	12,1	12,9	12,4
1995	12,4	12,7	12,5
1996	12,4	13,4	12,7
1997(1)	12,3	15,4	13,4
1998	12,6	18,0	14,4
1999	12,7	18,4	14,5
2000	14,1	19,7	15,8
2001	14,8	19,6	16,2
2002	16,0	20,0	17,1
2003	16,3	20,4	17,4
2004	17,4	21,1	18,4

Fonte: Tabela 3.IX

(1) Quebra de série

Gráfico 3.25
Taxa de diplomação no Ensino Superior por sector institucional
totais nacionais, 1993-2004



A ***taxa de diplomação no Ensino Superior segundo o sector institucional*** foi sempre superior no sector não público, diferença que se acentuou a partir de 1997. Mais do que a quebra de série introduzida pela inclusão dos diplomas de doutoramento nesse ano, que embora concentrados no sector público pouco afectam a respectiva taxa de diplomação, e dado o que acabámos de descrever sobre a evolução dos números absolutos de diplomados, este aumento da vantagem do sector não público deveu-se sobretudo à quebra do número de inscritos. De facto, no sector não público o crescimento do número total de inscritos inverteu-se precisamente a partir de 1997, enquanto no sector público só se inverteu 5 anos mais tarde (Tabela 3.XII e Gráfico 3.25).

A evolução do número de diplomados do Ensino Superior segundo o sexo e da correspondente ***taxa de feminidade dos diplomados do Ensino Superior*** mostra que o crescimento geral do número de diplomados beneficiou especialmente as mulheres, com uma taxa de variação de 54 por cento entre 1997 e 2004, face aos 45 por cento verificados nos homens. Já em 1997, ponto de partida da série disponível, aquelas contavam larga vantagem relativamente aos homens (taxa de feminidade de 64 por cento), e

a diferença aumentou ininterruptamente até 2002 (taxa de feminidade de 67 por cento). A partir deste ano, o número anual de mulheres diplomadas estagnou acima de 45000, enquanto o número de homens diplomados continuou a aumentar, embora não tendo atingido ainda os 25000 em 2004, ano em que a taxa de feminidade foi de 65 por cento (Tabelas 3.XIII e 3.XIV e gráficos 3.26 e 3.27).

TABELA 3.XIII - NÚMEROS DE INSCRITOS E DIPLOMADOS NO ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O SEXO, POR ANO

Dados nacionais

	Inscritos			Diplomados		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1997	152 684	194 789	347 473	16 808	29 670	46 478
1998	157 346	199 444	356 790	18 349	32 987	51 336
1999	162 524	211 221	373 745	18 658	35 597	54 255
2000	166 661	221 042	387 703	20 092	41 048	61 140
2001	170 488	226 113	396 601	21 051	43 047	64 098
2002	173 971	226 860	400 831	22 491	46 020	68 511
2003	173 567	221 496	395 063	23 448	45 220	68 668
2004	168 884	212 053	380 937	24 345	45 642	69 987

Fonte: OCES (2004, 2004a, 2004b 2005, 2005a, 2006, 2006a, 2007, 2007a)

Gráfico 3.26
Número de diplomados no Ensino Superior por sexo
totais nacionais, 1997-2004

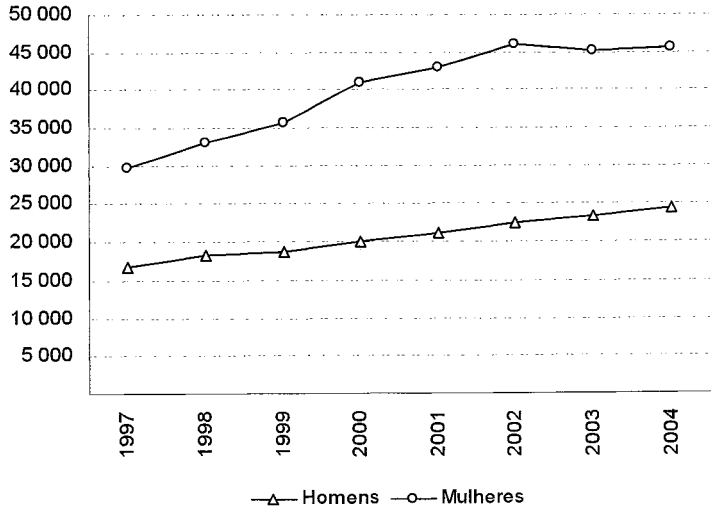


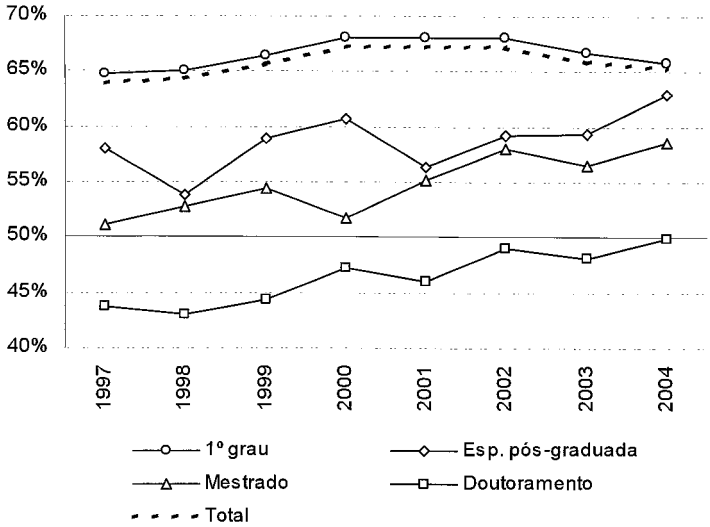
TABELA 3.XIV - TAXA DE FEMINIDADE DOS DIPLOMADOS DO ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O CICLO DE ESTUDOS, POR ANO
Dados nacionais, em percentagem

	1º grau	Pós-graduação	Mestrado	Doutoramento	Total
1997	64,7	58,0	51,1	43,7	63,8
1998	65,0	53,8	52,7	43,0	64,3
1999	66,4	58,8	54,3	44,3	65,6
2000	68,1	60,7	51,7	47,2	67,1
2001	68,1	56,4	55,2	46,0	67,2
2002	68,0	59,2	58,1	48,9	67,2
2003	66,7	59,4	56,6	48,2	65,9
2004	65,8	63,0	58,7	49,9	65,2

Fonte: Tabela 3-XIII

Desagregando a ***taxa de feminidade dos diplomados do Ensino Superior por ciclo de estudos***, podemos verificar que a vantagem relativa das mulheres é tanto maior quanto mais baixo o ciclo, sendo a evolução da taxa total determinada fundamentalmente pela registada ao nível dos diplomas de 1º grau. Neste, entretanto, a taxa de feminidade atingiu o auge entre 2000 e 2002, tendendo a descer a partir daí até 2004, ao passo que continuou a crescer em todos os outros níveis, com especial consistência nos diplomas de mestrado e de doutoramento. Este último é o único grau em que os homens detiveram a maior parcela até recentemente; a taxa de feminidade só aflorou a paridade em 2004, último ano desta série (Tabela 3.XIV e Gráfico 3.27) .

Gráfico 3.27
Taxa de feminidade dos diplomados do Ensino Superior por ciclo de estudos
totais nacionais, 1997-2004



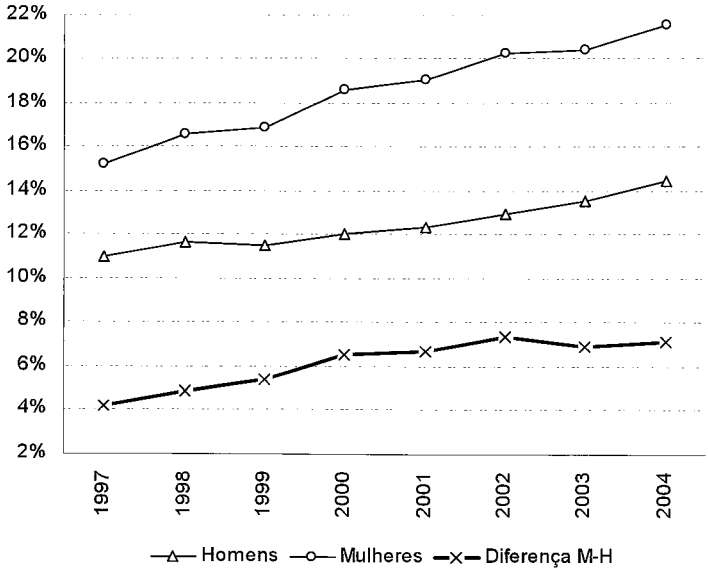
Vimos já que a taxa de feminidade da população discente no Ensino Superior é superior à paridade desde o princípio do período estudado, e que se elevou acima dos 55 por cento a partir do início da década de 90. Não é, por isso, de estranhar que encontremos agora uma taxa de feminidade elevada entre os diplomados. No entanto, a ***taxa de diplomação no Ensino Superior por sexo*** mostra que a diferença na morfologia da população discente explica apenas parte da vantagem feminina à saída dos diferentes ciclos de estudos superiores. Com efeito, e de modo consistente com o que encontrámos nos níveis de ensino antecedentes, as estudantes do Ensino Superior não só são em maior número, como aparentam também ter melhor desempenho no que respeita à conclusão dos seus ciclos de estudos do que os seus colegas masculinos. Em 1997, a diferença da taxa de diplomação feminina relativamente à masculina cifrava-se em 4 por cento, e à medida que as taxas de diplomação subiram em ambos os sexos, a das mulheres subiu mais que a dos homens, situando-se em torno de 7 por cento desde 2001 (Tabela 3.XV e Gráfico 3.28).

TABELA 3.XV - TAXA DE DIPLOMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR, SEGUNDO O SEXO, POR ANO
Dados nacionais, em percentagem

	Homens	Mulheres	Total
1997	11,0	15,2	13,4
1998	11,7	16,5	14,4
1999	11,5	16,9	14,5
2000	12,1	18,6	15,8
2001	12,3	19,0	16,2
2002	12,9	20,3	17,1
2003	13,5	20,4	17,4
2004	14,4	21,5	18,4

Fonte: Tabela 3.XIII

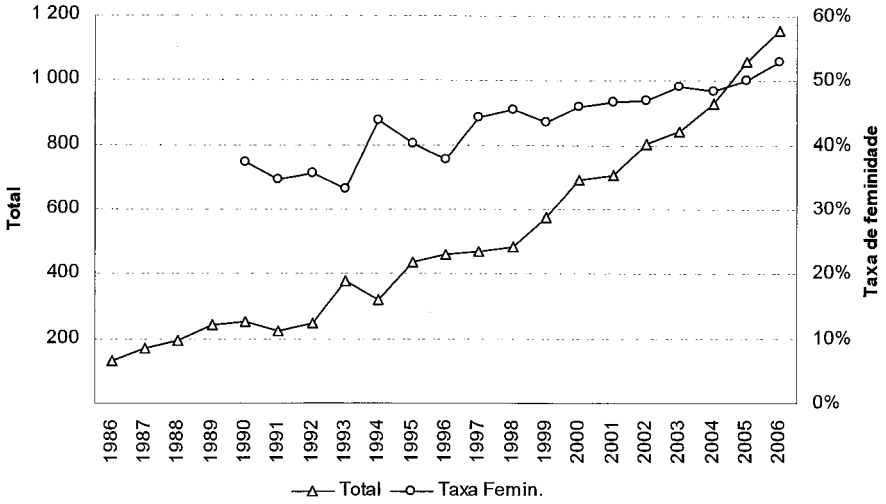
Gráfico 3.28
Taxa de diplomação no Ensino Superior por sexo
totais nacionais, 1997-2004



Resta abordar brevemente a evolução da saída mais qualificada do Ensino Superior, o grau de doutor. Pela razão acima exposta, não nos é possível neste caso calcular uma taxa de graduação. Assim, apresentamos o número de doutoramentos concluídos em Universidades portuguesas por sexo, e a correspondente ***taxa de feminidade dos doutoramentos concluídos em Universidades portuguesas***. A fonte utilizada, embora igualmente

produzida pelo OCES e recentemente actualizada pelo GPEARI, é diversa e apresenta valores um pouco diferentes dos constantes nas estatísticas de diplomados que temos vindo a seguir.[18] Contudo, as tendências de evolução são idênticas, e a fonte que agora introduzimos tem a vantagem de permitir uma cobertura cronológica integral para o período em análise (Tabela 3.XVI e Gráfico 3.29).

Gráfico 3.29
Número de doutoramentos concluídos em Universidades portuguesas e taxa de feminidade
totais nacionais, 1986-2006



O número de novos doutores produzidos pelas universidades portuguesas cresceu de modo exponencial, mais do que duplicando o volume inicial de conclusões do grau em 1993, quadruplicando-o em 1999 e

[18] A fonte principal utilizada foi a estatística de doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas entre 1970 e 2006, disponibilizada pelo GPEARI (2007). Dado que esta fonte apresenta os valores anteriores a 1990 agrupados em intervalos de anos, os valores anuais de 1986 a 1989 resultam de apuramento nosso sobre a base de dados de doutoramentos realizados ou reconhecidos por universidades portuguesas, igualmente disponibilizada GPEARI (s/d). Dada a morosidade do processo, optámos por não apurar os diplomados neste pequeno intervalo de anos por sexo, pelo que a taxa de feminidade só será calculada a partir de 1990. Em ambos os casos, foram apurados apenas os números respeitantes a doutoramentos realizados em Portugal.

octuplicando-o em 2005. A esta tendência de crescimento, a maior das registadas entre todas as saídas do Ensino Superior, não é evidentemente alheio o muito baixo nível de partida, mas é notória a sustentação da trajectória ascendente e da sua aceleração até ao último ano da série. Dois factores estarão decerto associados a este crescimento: o amadurecimento académico dos contingentes de docentes ingressados na carreira universitária na década anterior detendo qualificações inferiores ao doutoramento, e sobretudo as políticas públicas de estímulo à formação avançada intensificadas na segunda metade dos anos 90.

3.XVI - NÚMERO DE DOUTORAMENTOS CONCLUÍDOS EM UNIVERSIDADES PORTUGUESAS, SEGUNDO O SEXO, E TAXA DE FEMINIDADE, POR ANO
Dados nacionais; taxa de feminidade em percentagem

	Homens	Mulheres	Total	Taxa de Feminidade
1986	:	:	130	:
1987	:	:	170	:
1988	:	:	195	:
1989	:	:	244	:
1990	157	93	250	37,2
1991	146	77	223	34,5
1992	158	87	245	35,5
1993	253	125	378	33,1
1994	180	140	320	43,8
1995	260	174	434	40,1
1996	286	173	459	37,7
1997	262	208	470	44,3
1998	263	219	482	45,4
1999	325	251	576	43,6
2000	375	319	694	46,0
2001	375	330	705	46,8
2002	425	377	802	47,0
2003	428	412	840	49,0
2004	478	450	928	48,5
2005	529	531	1060	50,1
2006	545	612	1157	52,9

Fontes: GPEARI (2007); GPEARI (s/d)

Ao longo deste crescimento exponencial, regista-se também uma tendência para o aumento da proporção de mulheres. Tratando-se, à partida, de um ciclo de estudos com uma clara preponderância masculina (a taxa de feminidade dos diplomados era de apenas 37 por cento em 1990), a evolução mais acentuada do número de mulheres doutoradas foi gradualmente esbatendo essa supremacia, tendo finalmente dobrado os 50 por cento em 2005, e crescido para 53 por cento em 2006. Assim, a tendência para a feminização da população discente e do sucesso escolar, que pudemos constatar através de todos os níveis de educação e ciclos de estudos, acabou de atingir, ao cabo de décadas de efeitos cumulativos, o grau mais elevado do Sistema Educativo português.